O PLANEAMENTO E OS CUSTOS DA JUSTIÇA

JOÃO TIAGO V.A. DA SILVEIRA
*Director do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento e
Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

A escolha do tema desta intervenção – o planeamento e os custos da Justiça – está associada às funções que tenho vindo a desempenhar no Gabinete de Política Legislativa (GPLP) e ao papel que este tem a nível do controlo de custos no sistema da Justiça Portuguesa como serviço responsável pelo planeamento no Ministério da Justiça.

Esta exposição vai, portanto, centrar-se na actividade de planeamento e no contributo que esta pode ter no domínio do controlo dos custos da Justiça. Dividi assim a intervenção nas seguintes quatro partes:

- I. O planeamento na nova orgânica do Ministério da Justiça;
- II. O Planeamento como forma de controlo de custos; e,
- III. A experiência do GPLP em exercício de planeamento.

I. O planeamento na nova orgânica do Ministério da Justiça

A nova orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho (LOMJ) previu a criação do GPLP enquanto serviço central desse Ministério incumbindo-lhe, designadamente, a concepção e apoio técnico na elaboração de iniciativas legislativas no âmbito do Ministério da Justiça, o planeamento estratégico das necessidades da rede judiciária e dos diversos serviços da administração da justiça, e o acompanhamento do impacte das alterações sociais, económicas e normativas na caracterização, localização e actividade dos órgãos, serviços e organismos da administração da justiça (artigo 11.º da LOMJ).

A criação efectiva desta entidade estava dependente do diploma que viesse estabelecer a sua orgânica, o que aconteceu com a publicação e posterior entrada em vigor da lei orgânica do GPLP, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 89/2002, de 23 de Março (LOGPLP).

Qual foi o espírito subjacente à criação deste serviço e à agregação, no mesmo organismo, das competências relativas à produção legislativa, planeamento e produção estatística?

Houve várias (e boas) razões para o fazer.¹

Em primeiro lugar, é preciso ter consciência que a elaboração de diplomas legislativos não se compadece hoje com exercícios meramente jurídicos, tornando-se essencial o recurso a outras ciências do saber.

De facto, deve ter-se presente que, frequentemente, o legislador tem de compreender a realidade que pretende regular porque nem sempre é suficiente um bom conhecimento da ciência jurídica. Isto é sobretudo assim quando se trate de elaborar diplomas que versem sobre questões de elevada tecnicidade extra-jurídica, o que é cada vez mais frequente. Neste casos, o legislador tem de procurar o auxílio de quem possua um conhecimento aprofundado sobre as matérias em causa, sob pena de adoptar soluções inconvenientes ou desajustadas.

¹ Sobre o assunto veja-se ainda Silveira, João Tiago V.A. – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Legislação n.º 28 (Abril-Junho 2000), INA, págs. 33 e segs.

Portanto, é aconselhável que um organismo com competência no domínio da preparação de diplomas esteja preparado para fornecer contributos de quem possa auxiliar o jurista nesta tarefa. Isto é, de especialista noutras áreas de conhecimento.

Em segundo lugar, os padrões de exigência dos dias que correm e as imposições de uma actividade social e económica cada vez mais rápida e com pouca compreensão para exercícios desnecessários, impõem que se legisle buscando soluções efectivas que verdadeiramente resolvam problemas. Ou seja, tanto as soluções irrealistas ou não exequíveis, como a circunstância de uma determinada solução legal não poder ser aplicada ou não ser suficiente para atingir os seus propósitos, devem ser afastadas.

Sucedem que muitas vezes só é possível verificar a exequibilidade ou eficácia de uma determinada solução legislativa com o auxílio de quem saiba fazer exercícios de probabilidade, de especialistas em avaliação de fluxos económicos ou do comportamento dos respectivos agentes, ou com o contributo de estudiosos do comportamento social dos destinatários das normas.

Portanto, também a necessidade de a actividade legislativa ser cada vez mais eficaz e efectiva exige que o legislador seja polivalente, agregando quem possa ou saiba realizar estes exercícios.

Em terceiro lugar, pretendeu-se criar um serviço capaz de conceber, de forma planeada, os novos sistemas jurídicos que venham a ser criados ou modificados na sequência da actividade legislativa.

Um estudo de impacto da adopção de uma determinada solução legislativa destina-se, sobretudo, a permitir a aquisição do conhecimento, por parte do decisor, das necessidades inerentes à alteração que se pretende introduzir. Trata-se, fundamentalmente, de prever o que se revela necessário para implementar um novo sistema em todas as suas componentes: infraestrutura física, infraestrutura informática, recursos humanos, recursos financeiros, etc.

Portanto, pretendeu-se encarar a actividade legislativa como uma actividade completa, assumindo que esta não se esgota na produção do diploma, antes carecendo de estudos destinados a fornecer ao decisor político todas as implicações que uma determinada solução importa – o que é necessário para que esta seja eficaz e efectiva e quanto custa.

Em quarto lugar, pretendeu-se criar um serviço apto a realizar estudos de planeamento a todos os níveis, e não apenas a propósito da actividade legislativa. Pense-se, por exemplo, na utilidade das actividades de planeamento não legislativo como forma de prever, a médio e longo prazo, como desenvolver as redes de cartórios notariais ou de conservatórias. A verificação da existência de uma tendência para o decréscimo da densidade populacional numa área do país pode ter uma consequência, provocando, a partir de dado momento temporal, uma menor necessidade de cobertura territorial de conservatórias de registo civil, ou de outro tipo, nessa zona.

Ora, para realizar uma actividade de produção legislativa e de planeamento que tenha em conta estes objectivos, havia que conjugar num serviço – no GPLP – a produção legislativa, o planeamento e a produção estatística.

É que, por um lado, e como se viu, não deve haver produção legislativa sem planeamento, pois aquela deve ser realizada de forma programada e estudando o impacto das alterações que se pretendem introduzir. E, por outro lado, não há planeamento sem estatística, uma vez que aquele só será credível se tiver por base a informação estatística relevante para a realidade que se pretende estudar.

II. O planeamento como forma de controlo de custos

Vista a razão de ser do GPLP e a utilidade do planeamento no contexto da actividade legislativa, há agora que verificar que vantagens pode acarretar o planeamento, especificamente em matéria de controlo de custos na Justiça.

E podemos identificar duas grandes vantagens.

Em primeiro lugar, o facto de uma intervenção planeada minimizar os riscos de duplicação de custos.

Suponha-se que, para a concretização de uma determinada medida, se torna necessário adquirir material informático para tribunais. Como é sabido, trata-se de um tipo de equipamento em constante evolução, carecendo de substituição frequente devido à sua rápida desactualização. Portanto, uma aquisição desta natureza num momento prematuro poderá exigir uma nova aquisição de equipamento semelhante, sem que o primeiro chegue a ser utilizado. Tudo isto, naturalmente, com custos desnecessariamente acrescidos, o que poderia ser evitado com um adequado planeamento acerca do momento certo para a aquisição do material.

Em segundo lugar, a circunstância de o planeamento de uma determinada actividade permitir a realização de uma despesa no momento certo, sem acréscimo desnecessários de custos.

Veja-se o exemplo da Recente Reforma do Contencioso Administrativo, que exige a criação física de um relevante número de novos tribunais administrativos.

Adoptou-se como solução a privilegiar a realizar de arrendamento de espaços para estes tribunais, uma vez que o período de *vacatio legis* dos diplomas que procedem à Reforma (um ano), não se compadece com a construção de novos edifícios.

Uma vez adoptada a solução dos arrendamentos, há vantagens em planear e determinar os seguintes passos desta acção:

- a) Qual o lapso temporal necessário para encontrar um bom espaço;
- b) Qual o lapso temporal necessário para negociar o valor do contrato;
- c) Qual o lapso temporal necessário para desenvolver o procedimento administrativo necessário à obtenção de uma autorização para o arrendamento;
- d) Qual o valor das obras a realizar no imóvel a arrendar;
- e) Qual o lapso temporal necessário para realizar o procedimento administrativo subjacente à escolha de quem possa fazer essas obras (que, como se sabe, pode depender do valor das obras a realizar); e, finalmente,
- f) Qual o lapso temporal necessário para a realização dessas obras.

É que, uma vez realizado este exercício de planeamento, poderá ter-se uma percepção real de qual o momento certo para desencadear esta actividade de criação de espaços físicos, sem que se corra o risco de arrendar o imóvel excessivamente cedo face ao momento da entrada em vigor da Reforma, com a inerente necessidade de pagamento dos valores das rendas sem que o edifício tenha um aproveitamento útil.

III. A experiência do GPLP em exercício de planeamento

O GPLP já tem realizado alguns estudos de planeamento dignos de referência, constituindo exemplos de como esta actividade pode auxiliar a nível do controlo de custos na Justiça.

Trata-se, essencialmente, de estudos de dimensionamento no âmbito da Reforma do Contencioso Administrativo, da Reforma da Acção Executiva e de exercícios de planeamento das redes de infra-estruturas do Ministério da Justiça.

1. A Reforma do Contencioso Administrativo

O processo de Reforma do Contencioso Administrativo foi lançado em 2 de Fevereiro de 2000, constituindo um bom exemplo de como o planeamento pode auxiliar o decisor político nas opções que tome durante esse processo.

a) O processo da reforma

Pode dizer-se que o processo de Reforma do Contencioso Administrativo foi exaustivo e completo, o que é bem demonstrado pelas várias fases que o caracterizam.

1.ª fase – (entre 2 de Fevereiro e 16 de Novembro de 2000) – Fase de discussão pública.

Em 2 de Fevereiro de 2000 foi aberto um período de debate público sobre a Reforma do Contencioso Administrativo em geral, tendo por base os anteprojectos de Código de Processo dos Tribunais Administrativos, Estatuto dos Tribunais Administrativos e Tributários e um diploma sobre Comissões de Conciliação Administrativa que uma comissão de magistrados do Supremo Tribunal Administrativo e de outros tribunais administrativos realizou.

Tratou-se de uma fase que se prolongou até 16 de Novembro de 2000 e que incluiu:

- a) Debates em várias Faculdades de Direito, tendo sido possível contar com a participação de eminentes especialistas estrangeiros;
- b) A elaboração e apresentação de um estudo de caracterização da Justiça Administrativa, realizado pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa²;
- c) A elaboração e apresentação de um estudo de organização e funcionamento dos Tribunais Administrativos elaborado pela Accenture, SA (anteriormente Andersen Consulting, SA);³
- d) A publicação dos anteprojectos em debate público, dos estudos e das intervenções dos debates acima referidos;⁴
- e) A disponibilização *on-line* de todo o material sobre a reforma em página *web*.⁵

2.ª fase – (entre 16 de Novembro de 2000 e 15 de Janeiro de 2001) – Fase de definição das orientações políticas para a Reforma.

Nesta segunda fase, o Ministro da Justiça adoptou certas orientações políticas para a elaboração de anteprojectos de propostas de Lei de Código do Processo nos Tribunais

² Disponível em www.mj.gov.pt/ca.

³ Estudo de Organização e Funcionamento dos Tribunais Administrativos – Trabalhos preparatórios, Ministério da Justiça, 2000. Também disponível em www.mj.gov.pt/ca.

⁴ Anteprojecto de Código de Processo nos Tribunais Administrativos, anteprojectos de Estatuto dos Tribunais Administrativos e Tributário e anteprojecto de diploma sobre Comissões de Conciliação Administrativa, Ministério da Justiça, 2000; O debate universitário, vol I – Trabalhos preparatórios da Reforma do Contencioso Administrativo, Ministério da Justiça, 2000; Estudo de Organização e Funcionamento dos Tribunais Administrativos – Trabalhos preparatórios, Ministério da Justiça, 2000.

⁵ www.mj.gov.pt/ca.

Administrativos e Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Foram igualmente definidas as tarefas infraestruturais necessárias à aplicação do novo regime, bem como a estrutura de coordenação para o desenvolvimento dessas medidas. Tudo através do Despacho n.º 1602/2001, do Ministro da Justiça, de 15 de Janeiro de 2001, publicado no Diário da República, II série, de 26 de Janeiro de 2001, alterado pelo Despacho do Ministro da Justiça de 30 de Janeiro de 2001, publicado no Diário da República, II série, de 13 de Fevereiro de 2001.

Tratou-se de um momento essencial de definição de uma posição política na sequência de um vasto processo de discussão pública que, a não existir, deixaria o Cidadão e os restantes interessados no desconhecimento acerca das conclusões que o decisor político retirou de um debate de meses.

3.ª fase – (entre 15 de Janeiro e 26 de Março de 2001) – Fase de adaptação e elaboração de projectos de Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Estatutos de Tribunais Administrativos e Fiscais.

Neste terceiro momento procedeu-se à redacção, pelo Gabinete da Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, de uma nova versão, ainda preliminar, de anteprojectos de propostas de Lei, tendo em conta as orientações políticas anteriormente definidas.

4.ª fase – (entre Março e Junho de 2001) – Adopção de nova versão de projectos de Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Estatuto de Tribunais Administrativos e Fiscais.

A versão dos anteprojectos resultante da terceira fase foi ainda sujeita a uma ronda de audições pelos especialistas que participaram na discussão pública e por outros interessados, tendo posteriormente sido elaborada uma nova versão dos mesmos, pelo Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, que foi apresentada publicamente.

5.ª fase – (Junho de 2001) – Aprovação de propostas de Lei pelo Conselho de Ministros.

Em Junho de 2001, o Conselho de Ministros aprovou as propostas de Lei relativas ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.⁶

6.ª fase – (entre Julho de 2001 e Janeiro de 2002) – Aprovação pela Assembleia da República e promulgação pelo Presidente da República.

7.ª fase – Publicação do novo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro (ETAF)) e Código de Processo nos Tribunais Administrativos (Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro (CPTA)).⁷

⁶ Propostas de Lei n.º 92/VIII (Código de Processo nos Tribunais Administrativos) e 93/VIII (Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais), publicadas na II série do Diário da Assembleia da República, de 18 de Julho de 2001. Disponíveis em www.mj.gov.pt/ca.

⁷ Disponíveis em www.mj.gov.pt/ca.

b) O Estudo de Organização e Funcionamento dos Tribunais Administrativos da Accenture (Novembro de 2000)

Durante a primeira fase do processo, num momento de discussão pública, foi realizado um Estudo de Organização e Funcionamento dos Tribunais Administrativos, que constitui um exemplo importante do papel do planeamento na actividade legislativa.

O Estudo de Organização e Funcionamento dos Tribunais Administrativos consistiu um exercício inovador, solicitado a uma empresa de consultoria de renome, através do qual se permitiu a aplicação dos conhecimentos da gestão e consultadoria de sistemas à melhoria dos processos contenciosos e da organização nos tribunais administrativos. Tratou-se de um trabalho fundamental, demonstrativo da necessidade de realizar reformas legislativas com o auxílio de outras ciências além da jurídica, e que justificou a adopção de numerosas soluções nas propostas de Lei e na Reforma do Contencioso Administrativo em geral.

Este estudo, que implicou um relevante trabalho de campo, incluía, abreviadamente, as seguintes componentes:

- a) Uma análise da tramitação dos diversos tipos de tramitação processual no Contencioso Administrativo e uma proposta de novas tramitações;
- b) Uma estimativa acerca do comportamento dos tribunais administrativos e evolução da pendência processual, tendo em conta as propostas avançadas, através de uma simulação realizada por uma aplicação informática;
- c) Uma proposta de distribuição de competências e de distribuição geográfica e localização dos tribunais administrativos;
- d) Propostas várias quanto aos vários elementos e componentes infraestruturais necessários à concretização da Reforma (características da aplicação informática, número de magistrados necessários, número de oficiais de justiça, etc.);
- e) Estimativa de custos, tendo em conta as propostas avançadas.

Da análise das componentes do estudo resulta que se tratou, efectivamente, de um exercício de planeamento prévio, que permitiu ao decisor político, na segunda fase do processo de Reforma, adoptar as soluções que considerou mais adequadas, com perfeito conhecimento das implicações das mesmas. Conhecia-se, nesse momento, e pelo menos quanto às propostas de alteração legislativa constantes deste estudo, o que implicava a realização desta Reforma e quanto custaria.

c) As actualizações do Estudo de Organização e Funcionamento dos Tribunais Administrativos

As opções tomadas para a Reforma do Contencioso Administrativo adoptaram uma boa parte das propostas constantes do Estudo de Organização e Funcionamento dos Tribunais Administrativos, mas não a sua totalidade. Por essa razão, optou-se por solicitar a realização de um novo estudo de dimensionamento, que permitisse a aquisição de um conhecimento perfeito das implicações dessas opções. Foi essa a razão de ser do estudo de dimensionamento de Junho de 2001, realizado com base no Despacho do Ministro da Justiça de 26 de Janeiro de 2001.⁸

Num momento posterior, e tendo em conta a passagem para o Ministério da Justiça das competências administrativas sobre os Tribunais Tributários através da Lei n.º 15/2001, de

⁸ Disponível em www.mj.gov.pt/ca.

5 de Junho, solicitou-se uma nova versão do estudo de dimensionamento que actualizasse o anterior, agora incluindo o impacto da absorção daqueles tribunais pelo sistema. Tratou-se do estudo de dimensionamento dos tribunais tributários, datado de Outubro de 2001.⁹

Este estudo permitiu também que a Assembleia da República, a quem caberia a aprovação das propostas de Lei que procediam à Reforma do Contencioso Administrativo, fosse munida de um estudo que lhe permitisse conhecer as consequências infraestruturais dos diplomas que lhe haviam sido submetidos pelo Governo. O decisor político sabia, por isso, quantos tribunais seriam necessários e qual a respectiva distribuição geográfica, quantos magistrados seriam necessários, quantos oficiais de justiça, etc. Estava, portanto, habilitado a tomar uma decisão na posse de todos os elementos relevantes.

Finalmente, após a aprovação pela Assembleia da República destas propostas de Lei, o que originou a Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro (ETAF) e a Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro (CPTA), foi solicitado um último estudo de dimensionamento, que permitiu ter a final e definitiva percepção acerca das necessidades infraestruturais da Reforma. É este estudo que nos permite, hoje, ter a noção do número de tribunais, de magistrados judiciais e do Ministério Público, de oficiais de justiça e das restantes condições necessárias para aplicar eficazmente o novo ETAF e CPTA e, conseqüentemente, ter uma clara consciência do custo desta Reforma.¹⁰

Os dados deste relatório de dimensionamento de Março de 2002 revelam bem a importância do planeamento na actividade legislativa e de como pequenas modificações, aparentemente sem grandes consequências práticas, podem, na verdade, ter enorme relevância.

De facto, uma alteração, aparentemente de pormenor, introduzida pela Assembleia da República às propostas de Lei de ETAF e CPTA, provocou a necessidade de recrutamento de mais 41 magistrados judiciais que o previsto no estudo de dimensionamento elaborado a propósito dessas propostas (estudo de dimensionamento dos tribunais tributários), com um óbvio acréscimo de custos.

As propostas de Lei n.º 92/VIII e 93/VIII previam que o julgamento da matéria de facto nas acções administrativas comuns ordinárias se faria em tribunal colectivo, ou seja, em formação de três juízes e não apenas por um, se ambas as partes o tivessem requerido (artigo 40.º-2 da proposta de Lei n.º 93/VIII). Entendeu a Assembleia da República que o julgamento de facto pelo colectivo deveria, nestes casos, poder ser desencadeado pela manifestação de vontade de apenas uma das partes (artigo 40.º-2 do CPTA). Esta solução, que de um ponto de vista meramente jurídico parece irrepreensível, teve como consequência a necessidade de recrutamento de mais 41 magistrados judiciais, tendo em conta o número previsível de acções administrativas comuns sob a forma ordinária que correrão nos tribunais administrativos e a muito maior probabilidade de intervenção de um mais elevado número de juízes por julgamento, devido a esta alteração.

É um bom exemplo de como se torna necessário legislar com o auxílio de outras ciências, tendo em conta o impacto das soluções que se pretendem adoptar.

⁹ Disponível em www.mj.gov.pt/ca.

¹⁰ Disponível em www.mj.gov.pt/ca.

2. A Reforma da Acção Executiva

Após um longo período de discussão pública sobre a Reforma da Acção Executiva, foi apresentado à Assembleia da República uma proposta de Lei de autorização legislativa que veio a ser aprovada (Lei n.º 2/2002, de 2 de Janeiro).

Esta Reforma assenta essencialmente nas seguintes componentes:

- a) Criação de um corpo de profissionais incumbidos da promoção e efectivação das acções executivas – os solicitadores de execução;
- b) Criação de um corpo de juízes especialmente afectos à acção executiva – os juízes de execução;
- c) Criação de secretarias judiciais especialmente afectas à acção executiva – as secretarias de execução;
- d) Simplificação da tramitação processual da acção executiva;
- e) Criação de mecanismos tendentes a facilitar e auxiliar a realização da acção executiva.

Com base nessa proposta de Lei e no Decreto-Lei de execução que se previa poder vir a ser adoptado com fundamento na Lei, o GPLP realizou um estudo de impacto e dimensionamento da Reforma da Acção Executiva, no qual foram estimados os recursos humanos para a sua concretização (juízes de execução, oficiais de justiça e solicitadores de execução) e qual o número de secretarias de execução e sua distribuição territorial, sendo assim possível determinar os custos das medidas em causa.

Tratou-se de um estudo que implicou, naturalmente, uma previsão acerca da evolução do movimento processual futuro, ponderando a evolução da movimentação no passado e o impacto das alterações que se previam poder vir a ser adoptadas. De referir que neste dimensionamento foi realizado um vasto trabalho de campo, destinado a certificar a assunção de determinados pressupostos e a confirmação de alguns dados estatísticos essenciais para a realização do estudo, o que implicou, por sua vez, uma criteriosa e científica escolha dos tribunais portugueses onde foi efectuado, tendo em conta as características da sua movimentação processual.

Por último, note-se que o novo Governo que entretanto assumiu funções optou por aproveitar o trabalho já realizado em matéria de acção executiva, mantendo as opções fundamentais da proposta de Lei aprovada na Assembleia da República. Assim, e porque a proposta anterior havia caducado devido à demissão do anterior Governo, apresentou uma nova proposta de Lei, que veio também a ser aprovada pela Assembleia da República (Lei n.º 23/2002, de 21 de Agosto e Decreto-lei n.º 38/2003, de 8 de Março) e que carecerá, naturalmente, de um estudo que reflecta as implicações infraestruturais desse diploma. Por outras palavras, uma actualização do estudo de dimensionamento já realizado.

3. Novos projectos

Prevê-se que no âmbito do GPLP sejam realizados durante os anos de 2002 e 2003 alguns outros projectos de planeamento dignos de nota, destacando-se o referente à realização da Carta Judiciária e planeamento das redes da Justiça.

a) A Carta Judiciária

O GPLP inclui no seu plano de actividades a elaboração de uma “Carta Judiciária”, cuja feitura se encontra actualmente em curso e se prevê estar concluída até ao final do segundo semestre de 2002. Trata-se de um vasto trabalho de cartografia judiciária, através do qual será possível conhecer e caracterizar o “País Judicial”, recorrendo a uma análise geo-referenciada dos dados das Estatísticas da Justiça, enquadrada, por um lado, pelas principais tendências de evolução demográfica, social e económica de Portugal e, por outro lado, pela caracterização da política legislativa e organizacional da Justiça ao longo dos últimos anos. Note-se que os dados dos Censos, em especial de 2001, em muito enriquecerão esta “Carta”, dotando-a de uma actualidade extrema, dada a proximidade temporal deste inquérito nacional.

A “Carta Judiciária” disporá de indicadores acerca da evolução da procura, oferta e desempenho dos tribunais de primeira instância das jurisdições cível, penal e laboral, permitindo assinalar pontos de ruptura e de continuidade, diferenças de produtividade e eficiência entre diversos tipos de jurisdição e nos diferentes círculos judiciais.

Além disso, esses indicadores serão enriquecidos com uma análise detalhada sobre a evolução dos principais indicadores económicos, sociais e demográficos e sobre a política legislativa e organizacional que marcou a década de 90 do plano da Justiça. O estudo terá em particular consideração o conjunto de medidas implementadas no plano da organização judiciária ao longo da década, desde a criação, e subsequente extinção, dos tribunais de círculo, a instalação dos tribunais de pequena instância, e subsequente reestruturação, passando pela crescente especialização judicial e pela introdução do processo de injunção, não esquecendo o movimento de desjudicialização que tem vindo a evoluir ao longo dos últimos anos.

b) O planeamento das redes da Justiça

Quando a “Carta Judiciária” se encontrar finalizada estarão lançadas as bases para a elaboração de estudos de planeamento a médio e longo prazo sobre as redes do Ministério da Justiça, pois estará disponível e identificada a forma como têm evoluído os indicadores relevantes para esse planeamento nos últimos tempos. Prevê-se, pois, que até ao final do primeiro semestre de 2003 sejam elaborados por este Gabinete os primeiros estudos de planeamento a longo prazo das redes do Ministério da Justiça, particularmente de tribunais e estabelecimentos prisionais, com base nos pressupostos da “Carta Judiciária”.

Será assim possível planear investimentos com uma base suficientemente sólida e científica, com economias assinaláveis através da minimização de custos desnecessários e realizando a despesa certa no momento certo.